

Divinópolis/MG, 14 de Março de 2019

## Sintram convoca servidores de Carmo do Cajuru para assembleia da Campanha Salarial 2019

Foto: Comunicação Sintram

A assembleia da Campanha Salarial 2019 dos Servidores de Carmo do Cajuru já tem data marcada para o próximo dia 28 de março, quinta-feira, no auditório da Câmara Municipal (Av. José Marra da Silva, 175 - Centro, Carmo do Cajuru). A primeira chamada da assembleia está marcada para às 17h45 e a segunda para às 18h.

A Campanha Salarial é o principal momento da luta sindical, pois é nessa assembleia que os trabalhadores municipais irão propor e deliberar coletivamente, qual será a pauta de reivindicação do funcionalismo (revisão salarial/ganho real, revisão vale-refeição, condições de trabalho, etc) a ser levada pelo Sintram para a mesa de negociação com a administração municipal. Todos os trabalhadores devem ter ciência que a Campanha só é vitoriosa, quando todo o funcionalismo participa e acompanha até o final, isso é fundamental, pois a força do sindicato se faz com o apoio de todos os servidores e não apenas sua diretoria.



Presidente Luciana destaca a importância de participação dos servidores no assembleia que está agendada para o dia 28/03.

A presidente Luciana Santos, afirma que nos próximos dias, os diretores do Sintram estarão fazendo a convocação de todos os trabalhadores para a assembleia. “Vamos percorrer todos os locais de trabalho para que os trabalhadores tenham conhecimento da convocação e contamos com a presença de todos para darmos início a nossa Campanha Salarial de 2019”, finalizou.



A diretoria do Sintram expressa seus sinceros sentimentos às famílias das vítimas da tragédia em Suzano/SP.  
Uma tristeza que abala todos os brasileiros!

# Servidores de Bom Despacho poderão fazer a declaração de IR simplificada hoje (14) na subsede do Sintram

A “Campanha Imposto de Renda Solidário”, que está sendo promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis - Sintram, e que já beneficiou vários servidores, terá hoje (14/03) um dia especial de atendimento na subsede de Bom Despacho (Rua Vigário Nicolau, 111, sala 106). O objetivo é oferecer gratuitamente a todos os servidores interessados (sócios ou não do Sintram) a “Declaração de Imposto de Renda Simplificada 2019”. Para ter acesso ao benefício, os servidores deverão entregar para doação, na subsede do sindicato, qualquer item de material escolar. A ideia é que os materiais arrecadados sejam doados para colegas servidores que estejam em dificuldade financeira. **O atendimento está previsto para o horário de 10h às 16horas na subsede do Sintram em Bom Despacho.**

Neste plantão de atendimento os servidores poderão também esclarecer dúvidas ou mesmo apresentar demandas pertinentes à atuação do sindicato. De acordo com o diretor de planejamento e contador, Marco Aurélio Gomes, os documentos necessários para a declaração são: Comprovante de rendimento, que é emitido pelos Institutos de Previdência (no caso de servidores aposentados) ou da Prefeitura Municipal (servidores da ativa); Comprovante de endereço; CPF dos filhos menores de 21, que não trabalhem; CPF do cônjuge, caso não trabalhe; Demonstrativo de gastos com plano de saúde e o material a ser doado. A presidente do Sintram, Luciana Santos, ressaltou que a proposta tem objetivo de facilitar a vida do trabalhador e espera a adesão de todos. “A missão do sindicato



**"CAMPANHA IR SOLIDÁRIO"**  
**O SINTRAM FAZ A SUA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SIMPLIFICADA GRATUITAMENTE**

**E VOCÊ, SERVIDOR MUNICIPAL, AJUDA OS COLEGAS, QUE ESTÃO EM DIFICULDADE FINANCEIRA, DOANDO QUALQUER ITEM DE MATERIAL ESCOLAR**

**PLANTÃO DE ATENDIMENTO NA SUBSEDE - BOM DESPACHO 14/03 - 10H ÀS 16H**

número da conta bancária para devolução do dinheiro, caso houver valor a ser restituído. “Essa é uma ideia que partiu da diretoria porque sabemos que muitos servidores estão passando por momentos difíceis e o imposto de renda é uma coisa simples de fazer, mas fica um pouco oneroso para o trabalhador. Se o servidor tiver alguma dificuldade ou dúvida sobre os documentos poderá entrar em contato conosco”, explicou o diretor.

Ainda de acordo com Marco Aurélio, ficará a critério dos colegas o item e a quantidade de é também auxiliar e facilitar a vida do trabalhador e sem dúvida a “Campanha Imposto de Renda Solidário” tem esse propósito e o mais interessante é que o sindicato tem duas frentes

de ação, pois além da Campanha auxiliar o trabalhador para que ele fique em dia com o fisco, vamos também com a doação desses materiais escolares ajudar aos colegas que estão em situação financeira mais difícil. O servidor

unido é capaz de mudar realidades, então é nesse sentido que estamos fazendo a Campanha”, declarou a presidente. Tel subsele B. Despacho : 3531-3311.

# OIT: capitalização não deu certo em nenhum país do mundo

“Se ‘título de capitalização’ fosse bom/rentável, os bancos não o ‘empurrava’ para os clientes comuns”, disse representante da Prudential do Brasil Seguros de Vida, empresa norte-americana de seguros de vida, que opera no Brasil. Nesta matéria vamos falar sobre o regime de capitalização proposto no contexto da [reforma da Previdência \(PEC 6/19\)](#), enviada ao Congresso Nacional pelo governo, no dia 20 de fevereiro.

Para começo de conversa, vamos entender o que é **regime de capitalização**. A capitalização é uma espécie de poupança que o trabalhador faz para garantir a aposentadoria no futuro, na qual o dinheiro é investido individualmente, ou seja, não ‘se mistura’ com o dos demais trabalhadores. É diferente do sistema atual — de repartição — em que todos contribuem para um fundo que mantém as aposentadorias e demais benefícios previdenciários e assistenciais.

A ideia, contida na PEC 6/19, é que a capitalização substitua gradualmente o atual sistema. Essa migração foi proposta no plano de governo de Bolsonaro durante a campanha eleitoral. Pois bem, estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado em espanhol, na segunda-feira (11), “Revertendo as Privatizações da Previdência - Reconstruindo os sistemas públicos na Europa Oriental e América Latina”, revela que “o experimento da privatização fracassou.” Acesse resumo do



estudo, em português, elaborado pelo escritório da OIT no Brasil.

## Privatização total ou parcial do sistema de previdência

“De 1981 a 2014, 30 países privatizaram total ou parcialmente seus sistemas de previdência social obrigatórios. [Desses] 14 são da América Latina: **Chile** (1º a privatizar, em 1981), **Peru** (1993), **Argentina e Colômbia** (1994), **Uruguai** (1996), **Estado Plurinacional da Bolívia, México e República Bolivariana da Venezuela** (1997), **El Salvador** (1998), **Nicarágua** (2000), **Costa Rica** e **Equador** (2001), **República**

**Dominicana** (2003) e **Panamá** (2008); outros 14 são da Europa do Leste e da antiga União Soviética — **Hungria e Cazaquistão** (1998), **Croácia e Polônia** (1999), **Letônia** (2001), **Bulgária, Estônia e Federação Russa** (2002), **Lituânia e Romênia** (2004), **Eslováquia** (2005), **Macedônia** (2006), **República Checa** (2013) e **Armênia** (2014); e mais 2 países da África — **Nigéria** (2004) e **Gana** (2010).”

Repare que, dentre estes, não há nenhum país membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que reúne 36 nações — cuja maioria é composta por economias com elevado PIB per

capita e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — e são considerados países desenvolvidos.

### Re-reforma

O estudo da OIT revela, também, que desses 30 países, 18, até 2018, já fizeram a “re-reforma”, “revertendo total ou parcialmente a privatização da sua previdência social: **República Bolivariana da Venezuela** (2000), **Equador** (2002), **Nicarágua** (2005), **Bulgária** (2007), **Argentina** (2008), **Eslováquia** (2008), **Estônia, Letônia e Lituânia** (2009), **Estado Plurinacional da Bolívia** (2009), **Hungria** (2010), **Croácia e Macedônia** (2011), **Polônia** (2011), **Federação da Rússia** (2012), **Cazaquistão** (2013), **República Tcheca** (2016) e **Romênia** (2017).”

O estudo, portanto, revela também que Bolsonaro propõe para os trabalhadores brasileiros como “Nova Previdência”, nada mais é que fórmula antiga que não deu certo nos países que alteraram seus sistemas previdenciários e que precisaram reverter para evitar o envelhecimento precário dos trabalhadores.

“A grande maioria dos países se afastou da privatização após a crise financeira global de 2008, quando as falhas do sistema de previdência privada tornaram-se evidentes e tiveram que ser corrigidas”, mostra o estudo. E acrescenta: “Tendo em vista a reversão da privatização pela maioria dos países e a acumulação de evidências sobre os impactos sociais e econômicos

negativos da privatização, **pode-se afirmar que o experimento da privatização fracassou.**”

### Lições tiradas com a privatização da Previdência

O estudo da OIT mostra algumas lições “aprendidas” ao longo dessas 3 décadas, com as experiências obtidas com a “privatização dos sistemas de aposentadorias e pensões [que] foi apresentada como uma solução concreta para enfrentar o envelhecimento da população e garantir a sustentabilidade dos sistemas de previdência.” No entanto, acrescenta, “a privatização da previdência não produziu os resultados esperados na prática.” Assim, as privatizações demonstraram que:

- 1) as taxas de cobertura estagnaram ou diminuíram;
- 2) as prestações previdenciárias se deterioraram;
- 3) as desigualdade de gênero e de renda aumentaram;
- 4) os altos custos de transição criaram pressões fiscais enormes;
- 5) os elevados custos administrativos, tendo como consequência rendimentos e aposentadorias mais baixos;
- 6) a governança é frágil;
- 7) há elevada concentração no setor de seguros privados;
- 8) apenas o setor financeiro se beneficiou das poupanças de aposentadoria das pessoas;
- 9) o efeito é limitado nos mercados de capitais dos países em desenvolvimento;
- 10) os riscos demográficos e do mercado financeiro foram transferidos para os indivíduos; e
- 11) o diálogo social é deteriorado.

### Conclusão e etapas para reverter a privatização

O documento da OIT, amplamente divulgado na última segunda-feira mostra, o “baixo desempenho da previdência privada obrigatória e apresenta as lições para governos que pretendem melhorar seus sistemas nacionais de previdência. O reforço do seguro social público, associado a regimes solidários não contributivos, conforme recomendado pelas normas da OIT, melhorou a sustentabilidade financeira dos sistemas de previdência e o nível de prestações garantidas, permitindo às pessoas usufruir de uma melhor vida na aposentadoria. A

responsabilidade dos Estados de garantir a segurança de renda na idade avançada é melhor cumprida por meio do fortalecimento de sistemas públicos de previdência.”

A OIT propõe etapas e políticas para reverter a privatização da previdência. “Em alguns casos, a reversão da privatização pode ser realizada muito rapidamente em somente alguns meses. Para os países que consideram a reconstrução de seus sistemas públicos de previdência, existem 11 principais etapas de medidas políticas”, quais sejam:

- 1) iniciar o diálogo social para gerar consenso e lançar campanhas de comunicação;
- 2) constituir comitê de reforma tripartite técnico, encarregado de planejar e executar a re-nacionalização do sistema previdenciário;

3) promulgar lei(s) com as principais características de um programa de repartição e de benefício definido, em conformidade com as normas de seguridade social da OIT;  
4) criar uma instituição de previdência pública, governança tripartite;  
5) transferir membros do sistema privado para o sistema público;

6) transferir os recursos acumulados das contas individuais;  
7) definir novas taxas de contribuição e começar a coletar contribuições para o novo sistema público de previdência;  
8) fechar o mecanismo de coleta de contribuições do sistema privado;

9) executar serviços de inspeção e de fiscalização da contribuição;  
10) criar a unidade ou entidade responsável pela administração de investimentos do sistema público de previdência; e 11) encerrar o órgão de supervisão e regulação da previdência privada obrigatória.

**Fonte: Diap**

## O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado lança nota técnica sobre inconstitucionalidades da PEC da Reforma da Previdência

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) lançou, na terça-feira (12), nota técnica “PEC 6/2019 - Reforma da Previdência: Vícios de Manifesta Inconstitucionalidade”. O documento é assinado por mais 31 entidades representativas de servidores das carreiras exclusivas de Estado.

A nota manifesta “veemente inconformidade diante de aspectos nucleares da PEC 6/19, que revelam traços de crueldade explícita, como no tratamento injusto destinado aos miseráveis — benefícios de prestação continuada (BPC) e na demonização aviltante dos agentes públicos (cerca de 12 milhões de servidores públicos ativos, civis e militares, sem mencionar os trabalhadores das estatais, tampouco os aposentados e os pensionistas)”.

“De modo nítido, a PEC 6 está contaminada, nos seus pilares, pelo espírito de polarização extremada, não

resistindo à ponderada avaliação de impactos e ao escrutínio prudente da juridicidade constitucional. Intenta, de fato, promover a ‘vitória de Pirro’ dos especuladores temerários, com lobbies obcecados em igualar a todos na desgraça de privação dos recursos necessários para a velhice digna, salvo por adesão a planos inacessíveis e de regulação fragílima”, destaca a nota.

Clique [aqui](#) para ter acesso à nota.

**Fonte: Diap**

## Governo prepara medidas para travar concursos públicos

As regras, que serão editadas pelo governo até o início de abril, não exigem aprovação do Congresso e terão validade imediata

O governo do **presidente Jair Bolsonaro** prepara medidas para **barrar a realização de concursos públicos** considerados **não essenciais** pela nova equipe. As regras, que serão editadas pelo governo até o início de abril, não exigem aprovação do Congresso e terão validade imediata.

extingue 21 mil cargos, funções comissionadas e gratificações, a **equipe econômica** finaliza dois decretos que fazem parte do pacote de enxugamento da máquina. O objetivo é ampliar a eficiência do serviço público e estabelecer critérios para a ocupação de cargos.

Depois de publicar, na quarta-feira (13), medida que

Um dos decretos vai condicionar a realização de

concursos à adoção de ações que promovam eficiência administrativa. Antes de conseguir autorização para abrir novas vagas, os órgãos terão de cumprir 12 etapas de exigências. Entre os requisitos, estará a digitalização de serviços, informou o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, **Paulo Uebel**.

"Os concursos serão realizados quando for estritamente necessário. A ideia, por ora, é não ter concurso, e sim trabalhar para a melhoria operacional", disse. A implementação de serviços digitais já foi feita, por exemplo, na **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** (Anvisa), com a emissão pela internet do certificado internacional de vacinação.

O sistema que cadastra participantes de licitações também foi digitalizado. De acordo com o governo, os 4.000 servidores que revisavam os documentos em mais de 2.000 unidades foram realocados para outras funções.

Para simplificar processos, também pode estar entre as exigências a adesão pelos órgãos aos sistemas centralizados de transportes e de compras do governo. O segundo decreto vai estabelecer critérios para a ocupação de cargos e funções. Para que nomeações sejam efetivadas, o indicado terá que cumprir requisitos, como experiência na área e formação.

Bons antecedentes também serão cobrados. Não serão aceitas, por exemplo, pessoas inelegíveis,



enquadradas pela **Lei da Ficha Limpa**. "No momento em que você, antes de fazer o concurso, tem que tomar uma série de medidas de melhoria operacional, você está segurando a reposição automática por uma reposição criteriosa, analítica, ponderada", disse o secretário.

Uma revisão ampla na estrutura de carreiras dos servidores públicos federais deve ficar para 2020. Para o **secretário de Gestão de Pessoas, Cristiano Heckert**, as medidas iniciais, tomadas neste ano, já seguraram naturalmente a criação de vagas. "O próprio ministro Paulo Guedes tem dito que se você consegue segurar nominalmente a despesa, ao longo de três ou quatro anos, com inflação e crescimento da economia, você não precisa ter medidas tão radicais de corte", afirmou. Fonte: Folha-PE

## Massacre em escola de Suzano reacende debate sobre porte de armas

O atentado ocorrido em Suzano, região metropolitana de São Paulo, por atiradores armados dentro de uma escola, reacendeu o debate sobre a flexibilização do porte de arma, uma das principais bandeiras de campanha do presidente Jair Bolsonaro.

De um lado, a chamada bancada da bala, que vai brigar para flexibilizar as normas atuais. Do outro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), publicamente contrário à pauta desarmamentista, e de quem o governo é totalmente refém neste momento devido à reforma da Previdência.

Um adolescente de 17 anos e um homem de 25 entraram, na manhã dessa quarta-feira (13), na Escola

Foto: Rovena Rosa/ABr



Estadual Professor Raul Brasil com vários tipos de

armamentos, mataram sete pessoas e se suicidaram em seguida. Antes, roubaram um carro e assassinaram o lojista que era tio de um deles.

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), um dos filhos do presidente, usou sua conta no Twitter para prestar "sentimentos" aos familiares das vítimas e criticar a atual legislação sobre controle de armas: "Mais uma tragédia protagonizada por menor de idade e que atesta o fracasso do malfadado Estatuto do Desarmamento, ainda em vigor". O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), irmão de Flávio, disse que uma arma é tão perigosa quanto um carro.

O Estatuto do Desarmamento, sancionado em 2003, tem o objetivo de reduzir a circulação de armas e estabelecer penas rigorosas para crimes como o porte ilegal e o contrabando. Em janeiro, Jair Bolsonaro assinou em decreto que altera parte do Estatuto do Desarmamento e facilita a posse de arma no país.

Contudo, ele e seus aliados querem ampliar ainda mais o acesso a armas. Alegam que os dados de homicídios no Brasil não diminuíram com o estatuto e que faltam argumentos objetivos para determinar o que seria a "efetiva necessidade" de ter uma arma.

Ainda nessa quarta, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o líder do PSL na Casa, Major Olimpio (SP), causou polêmica ao afirmar que as mortes em Suzano poderiam ter sido evitadas se alguém estivesse armado dentro do colégio.

"Se houvesse um cidadão com uma arma regular dentro da escola, professor, um servente ou policial aposentado que trabalha lá, ele poderia ter minimizado o tamanho da tragédia. Episódios dessa natureza têm de ser enfrentados, sim. Mas, se há arma neste país hoje na quantidade que se quer, o menor é o 007, tem licença para matar".

Ele chamou de "oportunistas" quem associou o ataque em Suzano ao decreto que afrouxa as regras para posse de arma. "O decreto do Bolsonaro simplesmente garantiu posse legítima, não é nem porte, o porte nós vamos votar depois, é a segunda etapa em relação a isso que foi tirado do direito de defesa do cidadão. E a população quer isso mesmo, e a população botou o Bolsonaro como presidente da República para ser um impulsionador de garantias para o cidadão", finalizou.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, reagiu de maneira incisiva: "Já não basta o debate sobre posse. Um pedido como esse não é sobre posse, é sobre porte em área urbana. Aí passamos para uma proposta de barbárie no Brasil que não deve avançar".

"O que eu espero é que alguns não defendam que, se os professores estivessem armados, teriam resolvido o problema. Pelo amor de Deus. Espero que as pessoas pensem um pouquinho primeiro nas vítimas dessa tragédia e depois compreendam que o monopólio da segurança pública é do Estado. Não é responsabilidade do cidadão. Se o Estado não está dando segurança, é responsabilidade do gestor público da área de segurança", completou Maia, que suspendeu a sessão de quarta à tarde no plenário em homenagem às vítimas da tragédia.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), acredita que o decreto que facilita a posse de armas pode estimular a repetição desse tipo de crime no país. "Se cada cidadão brasileiro pode ter na sua residência quatro armas, como prevê esse decreto apresentado pelo presidente da República, a chance de nós termos episódios como esse cresce enormemente. E não é exatamente ampliando a possibilidade de as pessoas terem armas, a posse de armas, que nós vamos acabar com a posse ilegal e com a posse irregular", defendeu Humberto.

A Frente Parlamentar da Segurança Pública, conhecida como bancada da bala, fez circular pela Câmara que vai usar o episódio em Suzano para pressionar por mudanças na legislação atual e facilitar o porte de armas. Contudo, o dono final da pauta no plenário é Rodrigo Maia.

No momento em que depende totalmente de Maia para garantir a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência, o presidente Jair Bolsonaro evitou polemizar sobre o assunto.

Em sua conta no Twitter, ele se solidarizou com os familiares. O Palácio do Planalto também emitiu nota. As manifestações vieram cerca de seis horas após as primeiras notícias de mortes na escola.

"Presto minhas condolências aos familiares das vítimas do desumano atentado ocorrido hoje na

Escola Professor Raul Brasil, em Suzano, São Paulo. Uma monstruosidade e covardia sem tamanho. Que Deus conforte o coração de todos!", escreveu o presidente na rede social.

Veja a íntegra da nota do Palácio do Planalto:

#### NOTA À IMPRENSA

Mais uma vez, nosso país é abalado por uma grande tragédia.

O Governo Federal manifesta seu profundo pesar com os fatos ocorridos na cidade de Suzano, em São Paulo, apresentando suas condolências e sinceros

## Senado aprova multa para quem paga salário inferior a mulher

O Plenário do Senado aprovou nessa quarta-feira (13) a aplicação de multa para o empregador que não pagar o mesmo salário para homens e **mulheres** que exercem a mesma função. A proposta, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), segue para a Câmara. Caso seja aprovada pelos deputados, será enviada ao Planalto para sanção presidencial.

De acordo com o projeto (PLS 88/2015), do senador Fernando Bezerra (MDB-PE), a empresa que descumprir a regra será multada em valor correspondente ao dobro da diferença salarial constatada, multiplicada pelo número de meses em que perdurou a distorção. Cada caso, porém, precisará ser apurado em ação na Justiça. O valor arrecadado com a multa será revertido à vítima da discriminação.

Embora esteja prevista na CLT, a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função ainda está distante de ser realidade no Brasil. Essa diferença chega a 23% em micro e pequenas empresas e a 44,5% em médias e grandes empresas, segundo dados do Anuário das Mulheres

sentimentos às famílias das vítimas de tão desumana ação.

Ao Estado de São Paulo, colocamos nosso total apoio para auxiliar na apuração dos fatos.

Brasília-DF, 13 de março de 2019.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Fonte: Congresso em Foco.

Empreendedoras e Trabalhadoras e em Micro e Pequenas Empresas de 2014 citados por Fernando Bezerra.

"A diferença salarial entre homem e mulher fere o princípio da isonomia consagrado em nossa Constituição e legislação vigente. Contudo, e apesar das inúmeras políticas de igualdade de gênero promovidas pelas mais diversas organizações, sejam públicas ou privadas, ainda se registram casos de discriminação contra a mulher no que se refere a remuneração", alega o autor do projeto.

Pela proposta, também será aplicada multa ao empregador que considerar a idade, o sexo, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional. A aprovação do projeto faz parte de acordo de líderes para votar proposições apontadas como prioritárias pela **bancada feminina**.

(Com informações da Agência Senado)

Fonte: Congresso em Foco.

### Servidor Municipal, associe-se e tenha acesso a nossa carteira de benefícios!



Cartão de compras  
+ de 200 empresas  
conveniadas



Assessoria Jurídica



Planos de Saúde  
Operadoras diversas



Planos Odontológicos



Ligue e consulte nossas atendedoras do setor de convênios:

**(37) 3216-8470**